

O AGRO BATE À PORTA DA ESCOLA: A INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AGRO LLAMA A LA PUERTA DE LA ESCUELA: LA INSERCIÓN DEL AGRONEGOCIO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

AGRIBUSINESS KNOCKS AT THE SCHOOL DOOR: THE INSERTION OF AGRIBUSINESS IN BASIC EDUCATION



Maria Tamires Teotônio LIMA¹
e-mail: tamyres_lyma@hotmail.com



Leandro Vieira CAVALCANTE²
e-mail: leandro.cavalcante@ufrn.br



Lúcia Helena de BRITO³
e-mail: lhelena.brito@uece.br

Como referenciar este artigo:

LIMA, M. T. T.; CAVALCANTE, L. V.; BRITO, L. H. O Agro bate à porta da escola: a inserção do agronegócio na Educação Básica. **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026005, 2026. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026005



| Submetido em: 04/04/2024
| Revisões requeridas em: 05/03/2026
| Aprovado em: 23/03/2026
| Publicado em: 04/08/2026

Editores: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará (CE), Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó, Caicó – Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Geografia.

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte – Ceará (CE), Brasil. Professora Associada.

RESUMO: Este trabalho busca analisar e compreender como o agronegócio adentra na educação básica, destacando seus principais fundamentos e processos. A metodologia consistiu no levantamento bibliográfico a respeito da temática, selecionando obras que pudessem contribuir na exposição da problemática. Além disso, ressalta-se que essa pesquisa foi realizada no período entre 2021 e 2023. De posse dos resultados, constatou-se que as escolas públicas, especificamente aquelas localizadas na zona rural, tornam-se locais de disputas intensas diante das propostas educacionais elaboradas pelo setor do agronegócio, atribuindo um conjunto de ideologias baseadas no conservadorismo e nas relações capitalistas no campo. Identificou-se que são muitos os fatores que envolvem a inserção do agronegócio na educação básica, destacando-se as parcerias público-privadas e o apoio de setores da sociedade, como o Estado e o patronato rural, no desenvolvimento de programas educacionais, utilizando-se do sistema de ensino e de professores(as), alunos(as) e gestores(as) como aparelhos de disseminação ideológica rumo a mercantilização da educação pública, coadunando com os interesses de empresas e entidades privadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ideologia. Agronegócio.

RESUMEN: Este trabajo busca analizar y comprender cómo el agronegocio se inserta en la educación básica, destacando sus principales fundamentos y procesos. La metodología consistió en una revisión bibliográfica sobre la temática, seleccionando obras que pudieran contribuir a la comprensión de la problemática. Además, se destaca que esta investigación fue realizada en el período entre 2021 y 2023. A partir de los resultados obtenidos, se constató que las escuelas públicas, específicamente aquellas ubicadas en zonas rurales, se convierten en espacios de disputas frente a las propuestas educativas elaboradas por el sector del agronegocio, atribuyendo un conjunto de ideologías basadas en el conservadurismo y en las relaciones capitalistas en el campo. Se identificó que son múltiples los factores que intervienen en la inserción del agronegocio en la educación básica, destacándose las alianzas público-privadas y el apoyo de sectores de la sociedad, como el Estado y el empresariado rural, en el desarrollo de programas educativos, utilizando el sistema educativo y a docentes, estudiantes y gestores escolares como aparatos de difusión ideológica orientados hacia la mercantilización de la educación pública, en consonancia con los intereses de empresas y entidades privadas.

PALABRAS CLAVE: Educación. Ideología. Agronegocios.

ABSTRACT: This study seeks to analyse and understand how agribusiness enters basic education, highlighting its main foundations and processes. The methodology consisted of a bibliographical survey on the theme, selecting works that could contribute to the exposition of the problem under investigation. It should also be noted that this research was conducted between 2021 and 2023. Based on the results obtained, it was found that public schools, particularly those located in rural areas, become sites of intense disputes in relation to educational proposals developed by the agribusiness sector, which disseminate a set of ideologies grounded in conservatism and capitalist relations in the countryside. It was identified that several factors are involved in the insertion of agribusiness into basic education, with emphasis on public-private partnerships and the support of sectors of society, such as the state and the rural employer class, in the development of educational programmes. These initiatives make use of the education system, as well as teachers, students, and school managers, as apparatuses for ideological dissemination towards the commodification of public education, in alignment with the interests of companies and private entities.

KEYWORDS: Education. Ideology. Agribusiness.

Introdução

Historicamente, a educação é acompanhada por disputas e interesses divergentes, estabelecendo contradições dentro do próprio sistema de ensino diante das necessidades impostas pela classe dominante, ampliando o ideário mercantilista e industrial. Este ideário promove na contemporaneidade a difusão de uma educação fundamentada em “uma visão produtivista e empresarial, relacionada às competências e habilidades dos sujeitos” (Cruz, 2018, p. 94), buscando trabalhar conteúdos específicos para determinadas funções, de modo a proporcionar a fragmentação do conhecimento científico nos currículos, onde os(as) estudantes saem da instituição de ensino sem uma base teórica produzida e acumulada pela humanidade.

De acordo com Cruz (2018), “a escola muitas vezes desempenha essa função contraditória, utilizando meios para a eficiência na produção como um saber basicamente instrumental” (p. 100), a serviço da reprodução do sistema capitalista. Este agrega no seu processo de dominação interesses sociais, políticos, econômicos e ideológicos com intencionalidades bem definidas e baseadas na sujeição da comunidade escolar ao seu favor “por meio de projetos cujos temas de ensino são propícios aos objetivos para os quais designam” (p. 100). Diante disso, as escolas públicas e particulares podem ser consideradas como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que vão executando suas funções na sociedade tendo como premissa justificadora a hegemonia da ideologia dominante, para legitimar cada ação dessas instituições nas relações que operam a serviço da sociabilidade do capital, como discute Althusser (2014).

Segundo Althusser (2014), a escola aparece como destaque no desempenho de sua função imposta pela classe dominante, inserindo crianças e adolescentes em um processo educativo alicerçado por saberes práticos, conhecimentos sistematizados e organizados. Esse processo educativo tem como objetivo a formação de um sujeito capacitado em habilidades e comportamentos que possibilitam não só a inserção no mercado de trabalho, como também se tornam adeptos a determinadas ideologias discutidas em sala de aula. Nesse contexto, percebe-se a forte relação entre educação e ideologia na concretização dos interesses da classe dominante, com determinada posição e função na formação dos(as) estudantes das diversas instituições de ensino público, pois “tão importante quanto dominar é ter capacidade de direção para que o exercício da hegemonia seja possível” (Aquino, 2018, p. 147).

Por esse motivo, a ideologia torna-se um elemento importante e indispensável nesse processo, visto que “implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se

dá através da ideologia dominante” (Löwy, 1986, p. 12), pois a ideologia criada pela classe dominante serve para atender seus interesses e manter sua posição. É com base nesse fundamento que o agronegócio adentra no espaço escolar, principalmente, por meio de programas educacionais que são inseridos e executados na escola sem o devido conhecimento de suas intencionalidades, sendo, na maioria dos casos, acatados pela gestão e pelos(as) professores(as) através do discurso ideológico que apresentam, onde estes últimos “são impelidos a agir sem poder ter plena consciência da ação que empreendem” (Konder, 2002, p. 47). Desse modo, nota-se que a classe dominante, além de elaborar suas próprias ideologias, busca formas de disseminá-las, se apropriando da educação, que passa por profundas mudanças em seus currículos e práticas escolares para atender as demandas estabelecidas pelo capital.

Nessa perspectiva, as empresas e entidades representativas do agronegócio utilizam a sua ideologia como base fundamental no desenvolvimento do sistema educacional, tornando-se responsáveis pela “organização da consciência e da produção de mecanismos difusores da concepção de mundo de uma fração de classe, tendo como objetivo específico estabelecer a hegemonia do grupo que representa” (Aquino, 2018, p. 147). Com isso, ao adentrar nas escolas com conteúdo planejado em forma de projetos e programas parceiros da escola, buscam a partir de suas ações e atividades, “reproduzir e interiorizar um quadro de valores pertinentes aos grupos dominantes do agronegócio” (p. 152), resultando cada vez mais em espaços ideológicos e mercadológicos orquestrados pelo capital.

Arelado a isso, destaca-se o conjunto de ideias produzidas pelos intelectuais do agronegócio que adentram nas escolas públicas da educação básica, sobretudo as rurais, por intermédio de programas educacionais. Diante dessa problemática, objetiva-se compreender como o agronegócio adentra na educação básica, destacando seus principais fundamentos e processos. Assim, a relevância desse trabalho está em analisar a inserção do agronegócio na educação a partir da implantação de programas educacionais, para que se verifique os interesses e ideologias diante da forte vinculação com o agronegócio.

A metodologia consistiu no levantamento bibliográfico a respeito da temática aqui evidenciada, selecionando obras que pudessem contribuir na construção da pesquisa, como artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, livros, cartilhas, entre outras. Esse levantamento foi realizado durante o ano de 2020, mas organizado e sistematizado no início de 2021. Essa atividade foi realizada através de buscas em plataformas digitais como: Google Acadêmico; Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES); Portal de Periódicos da CAPES; Biblioteca da Questão Agrária Brasileira.

Em todas as plataformas pesquisadas foi possível localizar inúmeras obras pertinentes e de interesse para essa pesquisa. Para facilitar a busca pelo material nessas plataformas digitais utilizamos palavras-chave, noções e categorias como: “educação, ideologia e agronegócio”; “educação e ideologia”; “ideologia e agronegócio”; “agronegócio na escola”; “agronegócio na educação básica”. Após o levantamento, as obras foram divididas e organizadas em dois eixos conforme os aportes teóricos: 1) Educação, ideologia e agronegócio e 2) Agronegócio na educação básica. Cada eixo especificado apresenta importantes contribuições teóricas e metodológicas acerca da problemática. Nas páginas seguintes sistematizamos as principais concepções contidas nas obras levantadas acerca da inserção do agronegócio na educação básica, por meio de uma revisão narrativa de literatura.

A inserção do agronegócio no campo educacional

O mundo globalizado confere grandes transformações ao campo, difundindo um novo modelo de agricultura que se diferencia dos modelos existentes anteriormente, resultando no desenvolvimento do agronegócio. Inicialmente, o uso do termo agronegócio foi concebido para apresentar as relações econômicas em setores como o agropecuário “e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (Leite; Medeiros, 2012, p. 81). Posteriormente, nos anos 2000, esse termo acaba tornando-se generalizado “tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários” (p. 82).

Além disso, o agronegócio também está associado a um falso ideário que representa “‘progresso’ e ‘evolução tecnológica’, que serve para definir um modo de produção baseado na agricultura extensiva, associada ao monocultivo e dependente tanto de insumos químicos e industriais” (Mendonça, 2013, p. 102), além do uso de extensas áreas e abundância de água, visando principalmente o aumento da produtividade e acumulação do capital. Dessa forma, o agronegócio intensifica “ainda mais o processo de subordinação da produção e da propriedade agrícola aos interesses do grande capital” (Moro, 2015, p. 6), aliado ao Estado como principal fornecedor das condições necessárias para que esse modelo de produção possa se expandir cada vez mais em regiões providas dos recursos fundamentais para isso.

“Assim, à medida que o [...] agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido” (Leite; Medeiros, 2012, p. 87), que quer dominar e apropriar-se não só dos recursos naturais e dos territórios, como também da subjetividade dos trabalhadores. Diante disso, percebe-se “que a criação do conceito de agronegócio, como forma de gerar uma moldura ideológica para a intensificação da [...] agricultura, se dá em um contexto determinado pela reprodução crítica do capital” (Mendonça, 2013, p. 35), passando a ter grande aceitação por parte da população, do governo e dos empresários. Estes, por sua vez, acabam difundindo a ideologia do agronegócio em meios midiáticos, como também no meio acadêmico e na educação básica, em escolas públicas e privadas através de cursos e programas educacionais.

Primeiramente, esse processo tem início com a parceria entre empresas, entidades patronais e escolas para desenvolver projetos e programas ligados às ideias de sustentabilidade e responsabilidade social, tornando-se estratégias iniciais de inserção do agronegócio na educação para atingir seus interesses sociais, econômicos e ideológicos. Esse processo ocorre a partir do momento que a escola, enquanto instituição pública, passa agregar no seu interior, programas educacionais de entidades empresariais que buscam propagar ideologias do agronegócio, com a finalidade de obter dos(as) estudantes uma formação consensual e favorável ao setor, ocultando suas contradições.

O aumento e o fortalecimento das parcerias público-privadas ocorreu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) com o ajuste neoliberal no país, orquestrado pelo setor empresarial, que passou a ter grande influência juntamente com a participação do patronato rural na elaboração de políticas públicas; nas secretarias municipais, estaduais e federais; no Ministério da Educação, entre outros espaços e representações da classe dominante, como discutem Lamosa (2016) e Nascimento e Almeida (2021). Posteriormente, com o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o empresariado continuou ganhando força nos espaços escolares por intermédio de movimentos, a exemplo do Todos pela Educação, que teve papel significativo na consolidação da parceria entre empresas e escolas.

Esse movimento foi criado em 2006 com objetivo de proporcionar a participação de “todos os segmentos da sociedade, incluindo, sobretudo, seus fundadores e associados, com as escolas públicas, espaço de formação de milhões de jovens em todo o país” (Leher, 2011 *apud* Lamosa, 2016, p. 191). Com esse movimento, o empresariado brasileiro pôde se organizar na elaboração de programas, metas e estratégias, baseadas no discurso sustentável e ambiental

para efetivar sua inserção na educação básica, atribuindo a responsabilidade de “melhorar” o desenvolvimento das diversas instituições de ensino existentes no país. Além disso, o patronato rural também colaborou com a efetivação dessa parceria através de organizações e pressões realizadas ao governo para atender suas necessidades em favorecimento à classe dominante do setor agrário, segundo abordado por Chã (2016).

A partir dessas intervenções e da conjuntura estabelecida até os dias atuais, as empresas e as entidades ligadas ao setor agrário capitalista ganham poder sobre o sistema educacional, mediando e articulando seus programas de interesses particulares como se fossem comuns à toda a sociedade, proporcionando decidir novos rumos à educação pública, “em um movimento que busca de forma ‘velada’ controlar ideologicamente conteúdos e práticas docentes” (Cordeiro, 2021, p. 07). É por meio da articulação e do consentimento do Estado que são difundidos os valores e as ideologias da sociedade capitalista nos espaços escolares, apoiados sobretudo nos interesses empresariais por meio da adoção de programas privados, os quais passam a atuar também como educadores para o agronegócio, como argumenta Aquino (2018).

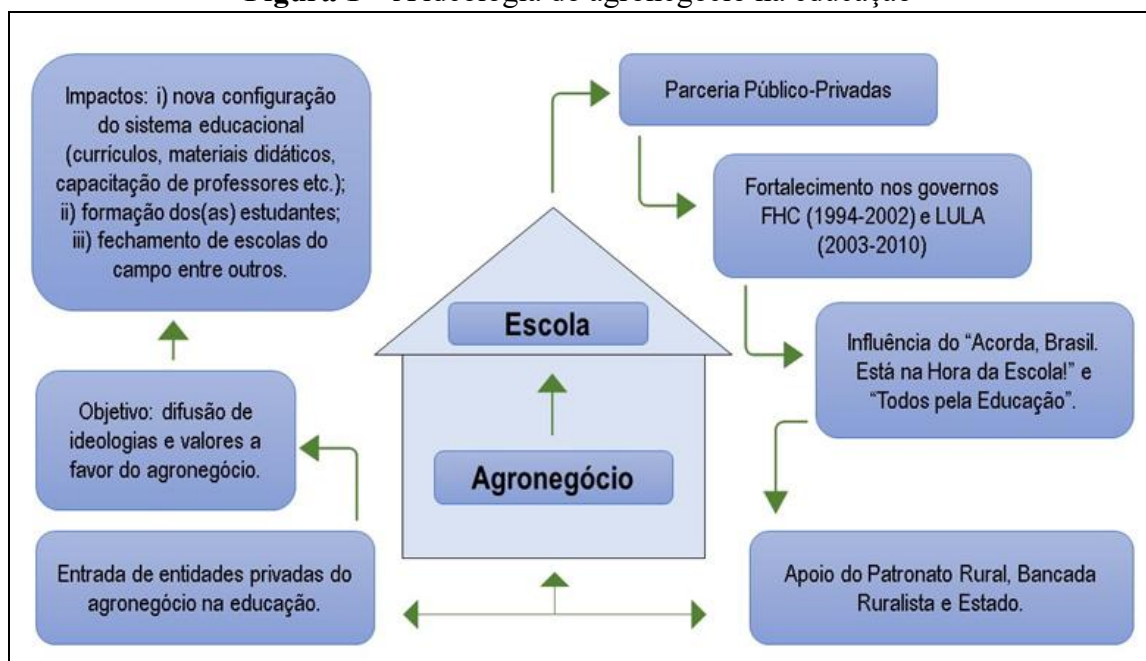
Dessa forma, a inserção do agronegócio na educação básica está ligada a diferentes intencionalidades que vêm provocando uma nova configuração no sistema educacional. A primeira intencionalidade, de acordo com Cordeiro (2021), refere-se aos “direcionamentos mais amplos dos rumos da educação pública, seja nos currículos, na organização escolar, nos materiais didáticos ou, até mesmo, na disputa pelo fundo público” (p. 08), ao buscar introduzir no contexto escolar conteúdos que promovam a valorização da imagem do agronegócio por meio de livros, cartilhas e vídeos, entre outros materiais. A segunda intencionalidade trata-se da influência na formação de professores (capacitação e formação continuada), com objetivo de captar melhor a mensagem ao conhecer o agronegócio da forma que deve ser abordado e reproduzido com os(as) estudantes em sala de aula, tornando-se sujeitos fundamentais para atender às necessidades ideológicas do setor dentro das escolas.

Em razão disso, destacam-se demais intencionalidades, como: o tipo de formação que os(as) estudantes podem ter a partir da influência de professores(as) capacitados pelo setor do agronegócio; os materiais didáticos utilizados como apoio para desenvolver o programa e da metodologia empregada durante as atividades; o potencial de inserir nas escolas lógicas oriundas do capitalismo, destacando-se entre elas a responsabilização individual, a meritocracia e a concorrência entre os estudantes por meio de concursos e premiações, segundo debate Cordeiro (2021). Diante dessas intencionalidades, é válido ressaltar que as ações dos programas do agronegócio realizadas nas escolas, dotadas de ideologias próprias,

“servem como subsídios para a propaganda das empresas, uma vez que todas essas ações são comunicadas à sociedade através das mídias locais, regionais e mesmo nacionais e em várias páginas na internet e redes sociais” (Chã, 2016, p. 50).

Nesse sentido, a ideologia do agronegócio, com o auxílio e suporte de diversos instrumentos, vem contribuindo para o aprofundamento de inúmeros impactos na educação, “garantindo a reprodução das relações de produção, e consequentemente, assegurando o apoio (presente e futuro) da sociedade para as reivindicações por políticas estatais [...] em benefício exclusivo do setor” (Junqueira; Bezerra, 2018, p. 1395). Na Figura 1, abaixo, sistematizamos as principais concepções relacionadas à difusão do agronegócio na educação básica, baseando-se na bibliografia consultada.

Figura 1 – A ideologia do agronegócio na educação



Fonte: Elaborado pelos autores, com base na bibliografia consultada.

Portanto, conforme argumenta Silva Junior (2015), o agronegócio não se apresenta apenas como um modelo de produção, mas também como “uma ideologia pura, um símbolo e para tanto o capital que o sustenta precisa arquitetar condições próprias para as espacializações e territorializações desejadas” (p. 112), inclusive na educação, entendida enquanto um território do conhecimento em constante disputa. O supracitado autor também considera que o agronegócio, “assim como qualquer estrutura social, necessita que relações sejam feitas, mediadas e articuladas a tal ponto que se configure definitivamente como tal” (p. 112), como observado na Figura 1, acima, alimentando sua lógica hegemônica e fortalecendo

suas relações de poder no campo por meio dos espaços escolares enquanto instrumentos essenciais para a construção do saber e formação de crianças e adolescentes.

Programas e projetos do agronegócio da educação básica

Conforme argumenta Silva Junior (2015), o agronegócio não se apresenta apenas como um modelo de produção, mas também como “uma ideologia pura, um símbolo e para tanto o capital que o sustenta precisa arquitetar condições próprias para as especializações e territorializações desejadas” (p. 112), inclusive na educação, entendida enquanto um território do conhecimento em constante disputa. O supracitado autor também considera que o agronegócio, “assim como qualquer estrutura social, necessita que relações sejam feitas, mediadas e articuladas a tal ponto que se configure definitivamente como tal” (p. 112), como observado na Figura 1, acima, alimentando sua lógica hegemônica e fortalecendo suas relações de poder no campo por meio dos espaços escolares enquanto instrumentos essenciais para a construção do saber e formação de crianças e adolescentes.

Quadro 1 - Relação dos principais projetos e programas educacionais do agronegócio no Brasil (consulta realizada no período entre 2021 e 2023)

PROJETOS E PROGRAMAS	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ANO DE INÍCIO
ANDEFedu	Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF)	1975
Projeto Escola no Campo	Syngenta	1991
Programa Agrinho	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	1995
Programa Agronegócio na Escola	Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)	2001
Comunidade Educativa	Fundação BUNGE	2002
Tributo ao Futuro	Fundação Norberto Odebrecht	2004
Programa Despertar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	2005
DuPont na Escola	DuPont	2006
Escola Germinare	J&F Investimentos	2009
Projeto Agora	União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)	2009
Projeto Escola Viva	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	2009
Programa Meio Ambiente nas Escolas	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)	2011
Juntos pelo Meio Ambiente: Aprender para Ensinar	Louis Dreyfus Company (LDC)	2012
Programa Novos Rurais	Instituto Souza Cruz	2012

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na bibliografia consultada no período 2021-2023.

Cada iniciativa indicada acima possui seus próprios objetivos e características em relação a sua implementação nas escolas públicas, principalmente das áreas rurais, buscando a partir da educação a formação de estudantes por intermédio dos valores e ideais das entidades representativas da classe dominante agrária, fortalecendo cada vez mais seus interesses sociais, econômicos e ideológicos. Nessa perspectiva, apresenta-se na sequência uma breve contextualização da atuação do Programa Agrinho, Projeto Escola no Campo, Programa Agronegócio na Escola, Programa Despertar e Projeto Escola Viva, pois são desenvolvidos por entidades que possuem um grande protagonismo no cenário agrário brasileiro.

Programa Agrinho

Este programa foi criado em 1995 no estado do Paraná pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em parceria com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), como iniciativa de conscientizar os trabalhadores rurais sobre os agrotóxicos. Suas atividades se iniciaram em 1996 como um programa piloto em cinco municípios do Paraná, envolvendo a participação de escolas públicas rurais do ensino fundamental, abordando uma única temática: agrotóxicos. Ao passar dos anos, novas temáticas e subtemas foram sendo inseridos, como meio ambiente (solo, água, clima e biodiversidade), saúde (do jovem e odontologia preventiva), trabalho e consumo, cidadania, entre outras que possuem relevância social dentro dos currículos escolares.

De acordo com o SENAR/CE (2018), esse programa tem como principal objetivo promover a educação e a formação de estudantes de escolas públicas do Ensino Fundamental localizadas na zona rural sobre temáticas sociais e ambientais. Assim, todos os anos o Agrinho traz uma proposta diferente para as escolas, onde são desenvolvidas ações e atividades práticas como feiras, mostras culturais, aulas de campo, desenhos, redações etc., para debater determinada temática. Além disso, para que os temas sejam desenvolvidos conforme os objetivos e as necessidades do SENAR, as escolas utilizam os materiais didáticos produzidos pelo próprio programa que são destinados para professores(as) e estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Os(as) professores(as) utilizam um manual e um guia de atividades para auxiliar no processo de ensino do assunto abordado, sendo este “[...] inserido nas diversas disciplinas de forma transversal aos currículos escolares durante o período letivo e são acompanhados pelos professores e coordenadores municipais” (Especial Agrinho, 2017, p. 8). Já os(as) estudantes recebem cartilhas abordando o assunto em forma de histórias infantis ilustradas. Desse modo,

percebe-se que os projetos e programas vinculados ao agronegócio são difundidos e associados às temáticas sociais e ambientais como cidadania, sustentabilidade, segurança alimentar, meio ambiente, entre outros, até mesmo em materiais didáticos, de modo a difundir as intencionalidades do setor (Lima; Cavalcante; Brito, 2024).

Programa Escola no Campo

Este projeto começou a ser desenvolvido em 1991 pela empresa Syngenta através de parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo, sendo “voltado para ações de educação ambiental das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, que moram na zona rural” (Junqueira, 2014, p. 155). De acordo com a própria empresa, seu principal objetivo é “formar novas gerações de agricultores conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente e usar a tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis” (Syngenta, 2013 *apud* Junqueira, 2014, p. 155). Em 2002 a Syngenta fez parceria com a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COTRIJAL) juntamente com secretarias de educação dos municípios onde a cooperativa atuava. Durante essa parceria foram desenvolvidas atividades sobre a importância de preservar os recursos naturais, a segurança na utilização de agrotóxicos e a produção de alimentos saudáveis.

Um dos principais temas abordados e que ganhou destaque foi o “uso correto e seguro de agrotóxicos”, com a finalidade de “informar os estudantes das técnicas corretas de aplicação do produto e promover a conscientização das crianças, principalmente os filhos de agricultores, quanto aos riscos decorrentes do uso incorreto, suas conseqüências para o aplicador e mesmo o consumidor de produtos agrícolas” (COTRIJAL, 2022). Posteriormente, no ano de 2009, a Syngenta estabeleceu parceria com outras instituições e cooperativas, como a Fundação Abrinq, integrando a grade curricular dos(as) estudantes durante a implementação do projeto. Diante dessas parcerias, o projeto foi se expandindo e passou a ser realizado em diversos estados, destacando-se entre eles Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, como aborda Junqueira (2014).

De acordo com o representante da Fundação Abrinq, esse projeto “vem de encontro a valorizar a vida do campo, estando integrado às mudanças necessárias para a educação do campo” (Cotriel, 2017). Porém, trata-se de uma iniciativa contraditória, pois grandes empresas e corporações que comercializam agrotóxicos e sementes transgênicas como é o caso da Syngenta, passam a assumir a função de ensinar sobre a produção de alimentos

saudáveis, como também buscam conscientizar sobre a proteção do meio ambiente. A implementação de projetos como esse na educação, que aparentemente não possuem poder persuasivo, podem manifestar durante as atividades inúmeras intencionalidades de convencimento de sua “prática sustentável” no campo.

Programa Agronegócio na Escola

Este programa começou a ser desenvolvido em 2001 pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com a finalidade de difundir a valorização da imagem do agronegócio e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do país, como também os seus benefícios para a população, como abordam Junqueira e Bezerra (2013), Junqueira (2014) e Lamosa (2016). Inicialmente sua execução se deu a partir de um projeto piloto na Diretoria de Ensino de Jaboticabal, englobando ao todo 4 municípios, 7 escolas, 180 professores e 970 alunos. A partir disso, o programa conseguiu parceria com a Rede Estadual de Ensino de São Paulo, no qual proporcionou ao longo dos anos sua expansão na região. Em 2007, por exemplo, o programa atuava em 83 municípios, totalizando 141 escolas, 1.800 professores e 24.500 alunos (Junqueira; Bezerra, 2013, p. 8).

De acordo com Lamosa (2016), ao exemplificar a atuação do programa, evidencia-se uma clara intencionalidade de propagar a valorização do agronegócio nas escolas, como ocorre na região de Ribeirão Preto, locus do programa, que é um dos principais polos do setor no país. Dessa forma, por se tratar de uma região que tem como principal modelo de produção o agronegócio, a ABAG utiliza o programa para apresentar “o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada por conflito social e ambiental” (Lamosa; Loureiro, 2013, p. 9).

Portanto, a realização do programa está relacionada com a desconstrução e superação de conotações negativas sobre o agronegócio, tornando-se um instrumento de internalização de valores baseados na construção ideológica favorável ao setor, ligado ao discurso de sustentabilidade que deve ser repetido e reproduzido dentro das salas de aula. Desse modo, este programa busca, a partir de suas ações, uma formação defensora da prática do agronegócio, contemplando seus ideais e apoiando políticas para seu desenvolvimento na região e no país, que, por um lado, oculta os conflitos e os impactos territoriais, sociais e ambientais causados por este setor, e, por outro, proporciona a permanência de uma perspectiva de dependência para a sobrevivência da população.

Programa Despertar

Este programa começou a ser desenvolvido em 2005 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do estado da Bahia “[...] em parceria com prefeituras e sindicatos de produtores rurais, girando em torno da educação ambiental como forma de disseminação da ideologia do agronegócio” (Ribeiro, 2018 apud Cordeiro, 2021, p. 10). Além disso, tem como principal objetivo “promover a educação voltada para a responsabilidade social, a qual deve alavancar mudança de valores, aliada à postura cidadã e socioambiental” (SENAR/BA, 2022). Inicialmente sua implantação se deu a partir de um projeto piloto em 5 municípios da Bahia. Com o tempo, o programa ganhou força e se expandiu no referido estado, principalmente em 2019, no qual envolveu 72 municípios, 1.086 escolas do campo e 110.877 estudantes, como também proporcionou uma formação continuada para 7.258 professores(as), evidenciando sua abrangência.

Este programa possui vinculação com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), “sendo dirigido por um Conselho Administrativo, composto por representações das classes de produtores e de trabalhadores rurais do estado e um representante do SENAR Central” (SENAR/BA, 2022). Dentre seus objetivos podemos destacar: organizar, administrar e executar as atividades educativas da formação profissional rural e promoção social da população rural da Bahia; além de “estabelecer e difundir para o Estado as metodologias próprias para o ensino”, bem como “coordenar, supervisionar e fiscalizar todo o processo” (SENAR/BA, 2022).

No entanto, Linhares (2021, p. 90-91) notou, ao analisar o público do programa, que há maior participação da classe dominante do que a classe trabalhadora rural, deixando claro que “essa preocupação em ocupar espaços em cada estado brasileiro denota um comportamento [...], no qual vemos cada vez mais o avanço das frações dominantes agrárias disputando a formação da força de trabalho rural”. Um dos mecanismos desenvolvidos pelo SENAR se trata de programas educacionais para a efetivação dos seus objetivos e interesses, como é o caso do Programa Despertar. Este, por sua vez, desempenha inúmeras atividades voltadas para a educação ambiental e outros assuntos do campo, proporcionando a participação dos(as) estudantes, familiares e comunidades onde as escolas estão inseridas, como também possibilita a propagação de ideologias da classe dominante do setor agrário na educação.

Programa Escola Viva

Este projeto começou a ser desenvolvido em 2009 pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com a finalidade principal de “melhorar o sistema de ensino” de escolas públicas localizadas nas áreas rurais do país, conforme é abordado por Junqueira (2014). Além disso, uma das responsáveis pela concepção desse projeto foi Kátia Abreu, senadora pelo Tocantins em 2006 e reeleita em 2014, ex-ministra da Agricultura (2015-2016) e presidente da CNA na época (2008-2014), sendo uma das principais vozes políticas do agronegócio. Inicialmente sua inserção ocorreu no Tocantins (FAET, 2012), mas que na sequência se expandiu para os estados da Bahia e do Mato Grosso do Sul, segundo Junqueira (2014), abarcando demais escolas.

Porém, apesar da aparente preocupação com as escolas rurais, podemos destacar que por trás dessa iniciativa existe uma intenção maior em relação ao ensino realizado nessas escolas, pois, segundo a própria Kátia Abreu, “a educação no campo é da maior importância para fazer com que o agronegócio seja cada vez mais pujante” (CNA, 2012). Diante disso, surgem alguns questionamentos: Qual a verdadeira finalidade do Projeto Escola Viva? Serve para melhorar a educação rural ou para manter as escolas rurais a favor do agronegócio? Qual o real interesse da CNA na manutenção dessas escolas? São indagações que proporcionam reflexões sobre determinadas iniciativas que são inseridas nas comunidades e no espaço escolar. Ressalta-se que se trata de um projeto criado pelo agronegócio, e consequentemente possui uma forte ligação com seus valores e ideais, conforme discutido por Cordeiro (2021, 2022).

Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que a educação é utilizada como um instrumento ideológico para as classes dominantes, a exemplo de empresas e entidades do agronegócio que se apropriam do espaço escolar para construir um ideário pró-capital, inserido de forma velada em diversas instituições de ensino público e privado. Com isso, as escolas públicas, especificamente as localizadas na zona rural, tornam-se locais de disputas intensas diante das propostas educacionais elaboradas pelo setor, atribuindo um conjunto de ideologias baseadas no conservadorismo e nas relações capitalistas no campo. Dessa forma, percebemos que são muitas as contradições existentes na educação, tornando-se necessário superar esta lógica hegemônica que afeta o progresso de uma educação básica, pública e de qualidade.

Afinal, qual tipo de educação queremos para nossos(as) estudantes? Qual realidade está sendo trabalhada nas escolas, tendo em vista a interferência e participação do empresariado? Os(as) estudantes estão sendo formados(as) para o consenso ou para atuar criticamente na sociedade? Essas indagações evidenciam as formas de como a educação pode se apresentar e ser utilizada a serviço dos interesses da classe dominante que, por meio de ações educacionais, ajustam possibilidades de disseminar e formar os(as) estudantes para desenvolverem funções sociais a favor da reprodução de suas ideologias em detrimento de uma educação crítica sobre a realidade vivenciada.

Portanto, são muitos os fatores que envolvem a inserção do agronegócio na educação, destacando-se entre eles as parcerias público-privadas e o apoio de setores da sociedade, como o Estado e o patronato rural, no desenvolvimento de programas educacionais, utilizando-se do sistema de ensino e de professores(as), alunos(as) e gestores(as) como aparelhos de disseminação ideológica rumo a mercantilização da educação pública, contribuindo com a difusão dos interesses de empresas e entidades privadas alicerçadas na expansão do agronegócio no país, em que também a educação se apresenta enquanto um território a ser conquistado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 2014.

AQUINO, Manuela. O projeto Agronegócio na Escola: dominação e pedagogia. In: STAUFFER, Anakeila de Barros *et al.* (Org.). **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/Proneira)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2018. p. 19-324.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Presidente da CNA fala no abandono do ensino rural e diz que nenhuma escola vai mais fechar com o PRONACAMPO.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2012. Disponível em:

<<https://www.portaldoagronegocio.com.br/politica-rural/outros/noticias/presidente-da-cna-fala-no-abandono-do-ensino-rural-e-diz-que-nenhuma-escola-vai-mais-fechar-com-o-pronacampo-26786>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. “Agro sem partido”? Coerção e consenso - a investida do agronegócio na educação brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 1-22, 2022.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e. “O agro é tudo”, inclusive educador? Intencionalidades e reflexos da investida do agronegócio na educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, XIV, **Anais...** ENANPEGE, Campina Grande, p. 1-19, 2021.

COTRIEL. Cooperativa Tritícola de Espumoso LTDA. Projeto Escola no Campo Syngenta e Cotriel realizou treinamento. **Cooperativa Tritícola de Espumoso LTDA**, 2017. Disponível em: <https://www.cotriel.com.br/Noticia/projeto-escola-no-campo-syngenta-e-cotriel-realizou-treinamento->. Acesso em: 25 mai. 2022.

COTRIJAL. Cooperativa Agropecuária e Industrial. PROJETO ESCOLA NO CAMPO. **Cooperativa Agropecuária e Industrial**, 2022. Disponível em: <https://www.cotrijal.com.br/projetos/ver/9/Projeto+Escola+no+Campo>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CRUZ, Rosana Aparecida da. **Educação e contradição: disputas político-pedagógicas em torno da escola pública do campo**. 2018. 217f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

FAET, Federação da Agricultura e Pecuária – Tocantins. Mais de 200 pessoas participaram do Programa Útero é Vida. **Federação da Agricultura e Pecuária – Tocantins – FAET**, 2012. Disponível em: <http://www.fetrural.com.br/noticias-165-mais-de-200-pessoas-participaram-do-programa-uterio-e-vida.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na Região de Ribeirão Preto – SP**. 2014. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

JUNQUEIRA, Victor Hugo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. A ideologia do agronegócio na educação básica. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 1378-1397, 2018.

JUNQUEIRA, Victor Hugo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Projetos educacionais do agronegócio: campo e cidade em questão. **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo**, São Paulo, p. 1-17, 2013.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMOSA, Rodrigo. **Educação e agronegócio**: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Curitiba: Appris, 2016.

LAMOSA, Rodrigo. **Estado, classe social e educação no Brasil**: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. 2014. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico. O Programa Agronegócio na escola: um estudo sobre a entrada do empresariado na escola pública. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, **Anais [...]** ANPED, Goiânia, p. 1-15, 2013.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

LIMA, Maria Tamires Teotônio; CAVALCANTE, Leandro Vieira; BRITO, Lúcia Helena de. O Programa Agrinho em Quixeré/CE: práticas docentes em meio ao agronegócio. **Revista Cocar**, Belém, v. 20, n. 38, p. 1-20, 2024.

LINHARES, Ingrid da Silva. **Educação como meio, estado como fim**: as disputas e construção do consenso para o projeto de formação profissional para o campo SENAR pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (1963- 2016). 2021. 143f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

MENDES, José Ernandi; MEDEIROS, Emerson Augusto de. A escola no neoliberalismo e sua luta política para (re)existir e ressignificar-se. **Revista Paradigma**, Venezuela, v. XLII, n. Extra 3, p. 01-19, 2021.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORO, Maristela Dal. Atualidade da questão agrária no Brasil. *In*: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, VII, 2015, São Luís. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2015. p. 1-12.

NASCIMENTO, Érica Nayara Santana do; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A mercantilização da educação pública nos moldes do capital: agronegócio na escola. **Revista Eletrônica da AGB**, Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 49-68, 2021.

REVISTA ESPECIAL DO PROGRAMA AGRINHO – 15 ANOS. Fortaleza: Sistema FAEC/SENAR-AR-CE/SINRURAL, 2017, p. 01-20. *Versão online*. Disponível em: <http://faec.org.br/novo/wp-content/uploads/2017/11/Revista-Agrinho-2017-16.11.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Apresentação do Programa Agrinho. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/CE**, 2018. Disponível em: <http://www.senarce.org.br/agrinho/apresentacao/historia/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SENAR/BA. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Bahia. Programa Despertar. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**, 2022. Disponível em: <http://www.sistемаfaeb.org.br/senar/programa-despertar/>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo. **O sistema ideológico do agronegócio: o poder do discurso e o discurso pelo poder**. 2015. 203f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradece-se à Universidade Estadual do Ceará e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
 - ☐ **Financiamento:** A primeira autora recebeu bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no momento de realização do estudo.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho apresentado dispensa aprovação em comitê de ética.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho não estão disponíveis para acesso.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** M.T.L.L foi responsável pela concepção original e redação do manuscrito. L.V.C e L.H.B foram responsáveis pela orientação e revisão final do texto.
-